



**LEI Nº 874**

**de 18 de Novembro de 2025**

***Autoriza o Poder Executivo Municipal de Penaforte, Ceará, a instituir o Programa de Identificação e Apoio a Crianças Atípicas, com a distribuição gratuita de cordões e carteiras de identificação para crianças com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e outras condições específicas e adota outras providências.***

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PENAFORTE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONEI A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir o Programa de Identificação e Apoio a Crianças Atípicas, com o objetivo de promover a distribuição gratuita de cordões e carteiras de identificação personalizadas a crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), deficiência intelectual, Síndrome de Down, entre outras condições que requeiram atenção especial e medidas de proteção.

**Art. 2º.** O Programa de Identificação compreenderá dois itens distintos e complementares:

I – Cordão de Identificação: Elemento visual padronizado, com símbolos, cores ou estampas que indiquem, de maneira discreta e acessível, a condição especial da criança, com o objetivo de facilitar seu reconhecimento por agentes públicos e privados, especialmente em situações de emergência. O cordão não conterá dados pessoais.

A padronização dos cordões seguirá a seguinte classificação:

a) Cordão com estampa de girassol: destinado a crianças com deficiências ocultas, como surdez, epilepsia, TDAH e outras condições não visíveis;

b) Cordão com estampa de quebra-cabeça: utilizado para crianças com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), simbolizando a complexidade e diversidade do espectro;

c) Cordão com símbolo do infinito colorido: destinado a crianças neurodivergentes, representando a neurodiversidade em geral;

d) Cordão com ilustração de mãos entrelaçadas ou abertas: voltado





a crianças com doenças raras ou múltiplas deficiências, indicando a necessidade de atenção especial.

Parágrafo único. Outros modelos de cordão poderão ser integrados ao programa, desde que devidamente regulamentados por ato do Poder Executivo Municipal, com base em critérios técnicos e inclusão social.

II – Carteira de Identificação Personalizada: Documento físico a ser portado pela criança ou seu responsável, contendo, preferencialmente:

- a) Nome completo da criança;
- b) Nome e telefone do responsável legal;
- c) Número de identificação pessoal, se houver;
- d) Indicação da condição de saúde ou necessidade especial, desde que expressamente autorizada pelos responsáveis legais;
- e) Validade e identificação da instituição responsável pela emissão.

**Art. 3º.** A solicitação dos itens será realizada mediante requerimento dos pais ou responsáveis legais, acompanhado da seguinte documentação:

- I – Documento de identidade da criança e do responsável;
- II – Laudo médico, relatório psicopedagógico ou outro documento técnico que comprove a condição específica.

**Art. 4º.** A coordenação, organização, emissão e distribuição dos cordões e carteiras de identificação previstas nesta Lei serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, podendo ser realizada em parceria com outras secretarias ou instituições públicas e privadas.

**Art. 5º.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, observadas as disposições da legislação orçamentária vigente.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Penaforte, em 18 de Novembro de 2025.

**LUIS FERNANDES BEZERRA FILHO**  
**Prefeito Municipal**